



ISSN: 1984-6266

## Análise da classificação dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo: um estudo das demonstrações intermediárias.

**Guilherme Simões Belote**

UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
gbelote@hotmail.com

**Geovane Camilo Santos**

UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
geovane\_camilo@yahoo.com.br

**Lísia de Melo Queiroz**

UFU – Universidade Federal de Uberlândia  
lisia@ufu.br

**Recebimento:**

28/07/2018

**Aprovação:**

05/06/2019

**Editor responsável pela aprovação do artigo:**

Dr. Flaviano Costa

**Editor responsável pela edição do artigo:**

Dr. Flaviano Costa

**Avaliado pelo sistema:**

Double Blind Review

### Resumo

Este estudo objetiva analisar a classificação das contas de empréstimos e financiamentos das empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) em curto e a longo prazo, considerando os demonstrativos intermediários de 2016. A pesquisa é descritiva, com a abordagem qualitativa, sendo exploradas as notas explicativas das demonstrações intermediárias das entidades. Foram analisadas as notas explicativas de uma amostra de 114 entidades participantes do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 no 1º, 2º e 3º trimestres de 2016. Foram desconsideradas as empresas que classificavam os empréstimos e financiamentos apenas no curto prazo ou não apresentaram os critérios de classificação. Os resultados indicam que apenas 41 organizações (35,96%) demonstram de forma clara em notas explicativas, consoante ao exigido pela Lei das Sociedades por Ações e, em contrapartida, 73 empresas (64,03%) não estavam divulgando de forma compreensível os critérios de classificação dos empréstimos e financiamentos em seus demonstrativos. Tais achados revelam que as companhias brasileiras precisam ser mais claras ao divulgarem os demonstrativos e as notas explicativas, pois elas têm a capacidade de impactar a geração de lucros. Espera-se que o estudo contribua com o debate sobre a apresentação fidedigna, característica qualitativa das informações e apresentação da convergência com o IRFS, possibilitando a divulgação dos dados necessários para o completo entendimento dos usuários das demonstrações contábeis.

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

**Palavras-chave:** Empréstimos e Financiamentos. Curto e Longo Prazo. Demonstrações Intermediárias.



**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.5380/rc&c.v10i3.60728>

## ANALYSIS OF CLASSIFICATION OF LOANS AND FINANCING: A STUDY OF INTERMEDIATE FINANCIAL STATEMENTS

### ABSTRACT

This study search to analyze the classification of loans and financing accounts of companies listed on the B3's Novo Mercado, in the short and long term, considering the intermediary statements of 2016. The research is descriptive, with the qualitative approach, having explored the explanatory notes of intermediary statements of the entities. Were analyzed the explanatory notes of a sample of 114 entities participating in B3's New Corporate Governance Market in the 1st, 2nd and 3rd quarters of 2016. The results indicate that only 41 organizations (35.96%) clearly demonstrate in explanatory notes, as required by Brazilian Corporate Law, and in contrast, 73 companies (64.03%) were not disclosing in an understandable way the criteria for classifying loans and financing in their statements. These findings reveal that Brazilian companies needs to be clearer in disclosing the statements and the explanatory notes, since they have the capacity to impact the generation of profits. It is hoped that the study contributes to the debate about the reliable presentation, qualitative characteristics of the information, and presentation of the convergence with the IRFS, enabling the disclosure of the data necessary for the full understanding of the users of the financial statements.

**Keywords:** Loans and financing. Short and Long Term. Intermediate Statements.

### 1 Introdução

As demonstrações contábeis são importantes ao possibilitarem a análise da condição financeira, econômica e patrimonial da entidade, tanto para os usuários internos, quanto externos. Dessa forma, permite uma visão estratégica ao apresentar seus indicadores e sua capacidade na geração de recursos, assim como, auxiliar no processo de tomada de decisão (Silva, Couto, & Cardoso, 2016).

Antunes, Antunes e Penteado (2007), relatam que com a expansão e globalização da economia, tornou-se necessário a elaboração dos relatórios baseados em normas uniformes e homogêneas, possibilitando maior nível de confiabilidade e transparência; o que contribui para uma análise mais acurada dos gestores, investidores e outros usuários na tomada de decisão.

De acordo com Brito e Ambrozini (2013), as demonstrações também assumem papel na interação entre as empresas e seus usuários e, com a globalização e internacionalização dos mercados, estas passaram a ser compreensíveis para os interessados em qualquer parte do mundo, resultado da unificação da linguagem contábil. O intuito foi de minimizar interpretações distorcidas e variadas de um mesmo demonstrativo pelos diversos agentes.

Takamatsu, Machado e Lima (2015), analisaram a adoção do IFRS antes de sua obrigatoriedade em uma amostra de 78 empresas não financeiras, e concluíram que, quanto mais à entidade se adequa às normas, mais evidenciação possui e, ainda, garantem uma melhor valorização e contribuição no capital.

Neste contexto, foi determinado em 13 de julho de 2007 que, a partir de 2010, companhias de capital aberto deveriam adotar o padrão *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS), dirigindo seus discursos para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicando assim, às demonstrações contábeis Brasileiras (Gonçalves, Batista, Macedo, & Marques, 2014).

Segundo Gonçalves *et al.* (2014), desde 2008, o CPC tem adaptando e publicando novas normas que devem ser aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros órgãos reguladores. Torna-se evidente os impactos positivos e significativos às informações contábeis brasileiras, já que as IFRS são menos

conservadoras, baseando-se em princípios e não somente regras, o que possibilita resultados mais próximos da realidade econômica da entidade, se comparado aos padrões brasileiros.

No conjunto das normas, destaca-se o CPC 21, o qual retrata sobre as demonstrações intermediárias e enfatiza que estas são “Tempestivas e confiáveis, aumentando a habilidade dos investidores e credores, além de outros usuários, para que possam entender a capacidade de a entidade gerar lucros, fluxos de caixa e sua condição financeira e de liquidez”. (CPC 21, 2011).

No pronunciamento são apresentadas exigências quanto à sua divulgação, como por exemplo, é exigida sua publicação com frequência para entidades que tenham títulos de dívidas ou patrimônios negociados publicamente, sendo os órgãos que demandam sua elaboração o governo, reguladores do mercado, bolsa de valores, dentre outros. (CPC 21, 2011)

Bueno, Macedo e Oliveira (2014, p. 166) reiteram que a publicação do demonstrativo intermediário é relevante, visto que “um período intermediário faz parte de um exercício financeiro maior, permitindo ajustes nos valores anteriormente estimados desde que pertençam ao exercício social corrente”. Borinelli, e Pimentel (2010) complementam que há uma necessidade de comparação entre os demonstrativos das entidades atuantes do mesmo setor, ou não. Sendo assim, é importante sua apresentação de acordo com as normas para auxiliar os investidores.

DeFond, Hung e Li (2011) visando verificar o efeito da adoção obrigatória das IFRS na União Europeia, concluíram que, com a melhora na comparabilidade houve um aumento no investimento de terceiros oriundos, principalmente, de investidores estrangeiros.

Diante desse quadro, o presente estudo se direcionou para entender a seguinte problemática: Qual o critério utilizado na classificação dos empréstimos e financiamentos, a curto e longo prazo, pelas entidades listadas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 na publicação dos demonstrativos intermediários?

Para responder esta questão, o estudo buscou analisar a classificação dos empréstimos e financiamentos das empresas listadas no novo mercado da B3, a curto e longo prazo, considerando os demonstrativos intermediários do ano de 2016. Estratificou-se como objetivo específico, verificar se há transparência nas informações referentes aos prazos de classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante.

O presente artigo justifica-se ao mostrar à comunidade acadêmica e ao mercado, o critério mais utilizado pelas empresas listadas neste segmento diferenciado da B3. De acordo com Antunes, Mendonça, Azevedo, e Alencar (2008), a listagem do novo mercado de governança corporativa foi criada em 2001, com o intuito de oferecer aos investidores melhores práticas de governança corporativa, auxiliando no acompanhamento dos resultados das entidades.

Em complemento, investiga se os demonstrativos estão de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil, após a convergência das IFRS. Espera-se auxiliar o meio acadêmico no tocante a compreensibilidade da prática do mercado sobre a classificação do prazo dos empréstimos e financiamentos, bem como, apresentar para as companhias a forma mais concisa de divulgarem, permitindo a comparabilidade dos dados da própria entidade com outras.

Este trabalho está organizado em cinco seções, sendo composto por esta introdução, em que se faz uma abordagem geral sobre a relevância das demonstrações contábeis intermediárias; apresentação dos fundamentos teóricos sobre o assunto; descrição do método de análise; discussão dos resultados e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

Neste tópico é apresentada a revisão da literatura do presente estudo, sendo abordados os seguintes assuntos: a importância das demonstrações contábeis, demonstrativos intermediários e critérios de classificação dos empréstimos e financiamentos.

### 2.1 A importância das Demonstrações Contábeis

Conforme Angelo (2005), o objetivo da contabilidade sempre foi prestar informações úteis aos usuários, atribuindo um significativo papel na tomada de decisão. Cabem aos demonstrativos gerar esclarecimentos relevantes ao processo decisório, devido ao fato da grande variedade de usuários que os utilizam com diferentes propósitos, interesses e conhecimentos desiguais.

Em consonância Silva *et al.* (2016), alegam que as demonstrações são pertinentes ao permitirem a análise das informações gerenciais, pois fornecem aos gestores ampla visão do todo, auxiliam nas decisões para aplicação de recursos e correções e cooperam no alcance de metas da entidade. Dantas, Chaves, Silva e Carvalho (2011) mencionam que estas devem prover de informações referentes à posição econômica e financeira do patrimônio, do resultado e do fluxo da entidade e, também, para auxiliar nas decisões.

Silva (2007) frisa que os demonstrativos têm a finalidade, em uma determinada data, de esclarecer e comprovar quantitativa e qualitativamente a situação financeira e patrimonial de uma empresa de forma estática. Para satisfazer tal premissa, o CPC 26 (2011) orienta que as demonstrações contábeis devem oferecer informações aos usuários acerca de: ativos, passivos, patrimônio líquido, receita e despesas, entre outras informações que, juntas com as notas explicativas, auxiliam esses usuários a prever o fluxo de caixa.

Para colaborar com as demonstrações contábeis, as notas explicativas devem evidenciar, esclarecer e detalhar as operações do período para os *stakeholders* (Silva, 2007). Martins, Gelbcke, Santos e Ludicibus (2013) julgam que há em lei o mínimo a ser divulgado nas notas explicativas e solicitam sua ampliação, quando necessário, para o esclarecimento da situação do patrimônio e do resultado do exercício atual ou anterior. Conforme os mesmos autores, nas notas devem constar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, como critérios de avaliação dos elementos dos ajustes dos exercícios anteriores, reavaliações, detalhamentos de dívidas de longo prazo, entre outros eventos significativos.

O CPC 26 (2011) também menciona que as demonstrações contábeis necessitam reportar a situação patrimonial fidedignamente, além de satisfazer os critérios de avaliações e reconhecimentos nos planos de contas. Deste modo, a entidade precisa mostrar os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes, separados no Balanço Patrimonial, exceto quando as informações em ordem de liquidez possam proporcionar dados mais relevantes e confiáveis.

Martins *et al.* (2013), compreendem a importância de a entidade demonstrar seus resultados dentro das normas aceitas, garantindo a comparabilidade entre as empresas, sendo este fato relevante pela diversidade de usuários que necessitam dessas informações para tomadas de decisões, com transparência e fidedignidade, como também informar em suas notas explicativas os critérios de avaliação e classificação de suas contas. Verifica-se tanto a importância dos demonstrativos anuais como a dos intermediários apresentados em sequência.

## 2.2 Demonstrativos Intermediários

Ao expor sobre a importância das demonstrações contábeis para a entidade e seus usuários na tomada de decisões financeiras e administrativas, o CPC 21 (2011) evidencia que entidades detentoras de títulos de dívidas ou patrimoniais divulgados publicamente, devem apresentar com frequência os demonstrativos intermediários. O pronunciamento não especifica quais entidades são obrigadas a divulgar ou publicar o demonstrativo e nem sua frequência, sendo estes assuntos dos órgãos reguladores. No entanto, as entidades optantes pela publicação devem orientar-se pelo pronunciamento ou normas internacionais.

De acordo com a B3 (2016), uma das regras do Novo Mercado está relacionada à estrutura de governança e direitos dos acionistas, isto é, “a divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente”. Assim, todas as entidades que estão listadas neste segmento são obrigadas a divulgar seus demonstrativos intermediários.

Kajuter, Klasman e Nienhaus (2016) analisaram as publicações das demonstrações intermediárias e concluíram que elas provocam um retorno mais volátil à entidade, verificando que o aumento do conteúdo das informações impulsionou os resultados positivos de uma entidade. Este retorno demonstra a relevância destes demonstrativos e mostra a importância de serem obrigatórios a todas as entidades.

Em conjunto, Joshi, e Bremser (2003) complementam que caso a empresa deseje manter uma presença positiva no mercado, é primordial mostrar sua capacidade de gerar lucro por meio das demonstrações intermediárias. Além disso, os relatórios intermediários fornecem aos investidores os dados mais recentes ao invés de basear as decisões apenas nos dados dos demonstrativos anuais anteriores.

Nesta perspectiva, Nascimento, Marquez, Borges, Botinha e Lemes (2011), salientam que o CPC 21 tem como seu principal objetivo auxiliar as entidades a preparar seus demonstrativos intermediários, informando como fazer seu reconhecimento e mensuração do mesmo jeito que a entidade, ao realizar a publicação destas, deve respaldar-se nas exigências dos órgãos reguladores nacionais ou internacionais.

Assim como o CPC 21, a *International Accounting Standard* (IAS 34) tem como objetivo determinar as informações mínimas que o relatório financeiro intermediário deve conter para garantir a comparabilidade, englobando as posições financeiras condensadas tais como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (Bueno *et al.*, 2014).

Da mesma forma, Nascimento *et al.* (2011) corroboram que a IAS 34 em relação à apresentação do demonstrativo, parte do pressuposto de que o usuário delas já teve acesso à última demonstração anual completa. Assim, as notas explicativas têm o objetivo de mostrar as informações que não foram incluídas no anual e o ocorrido de maior relevância da última publicação até a publicação atual.

A necessidade das entidades em publicarem seus demonstrativos intermediários é interessante pelo motivo do retorno que elas proporcionam, bem como, a apresentação da capacidade de geração de lucros, tanto quanto aos usuários possuem acesso a uma informação mais atual e não apenas aos anuais. Sendo assim, é fundamental que as demonstrações intermediárias estejam em conformidade com as normas aceitas, fazendo o uso dos critérios adequados de classificação nos planos de contas, como por exemplo, o circulante e não circulante, permitindo a verificação correta da capacidade de a entidade gerar caixa e de cumprir com suas obrigações.

### **2.3 Critérios de classificação dos empréstimos e financiamentos**

Para proporcionar informações úteis em seus demonstrativos, as entidades que têm o fornecimento de seus serviços dentro de um ciclo operacional claramente identificável, devem utilizar a classificação separada de ativos e passivos circulantes e não circulantes no Balanço Patrimonial (CPC 26, 2011).

De acordo com as normas do CPC 26 (2011), algumas entidades apresentam seus ativos pela ordem de liquidez, ficando mais relevante e confiante o demonstrativo do que a apresentação em circulante e não circulante, pelo motivo da entidade não deter um ciclo operacional claramente identificado enquanto os passivos são apresentados por ordem de exigibilidade e são classificados de acordo com o seu vencimento. Independentemente de qual seja o método, deve-se divulgar as contas que serão liquidadas em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada item de ativo e passivo.

O Ciclo operacional compreende o período de tempo desde a aquisição da matéria- prima até o recebimento do valor das vendas. Entretanto, a maioria das empresas adota o período de um ano já que, normalmente, seu ciclo é inferior ao prazo. Portanto, conforme a lei das sociedades por ações são classificados como circulante as contas que serão liquidadas durante o ciclo operacional da empresa até doze meses da data do Balanço. (Martins *et al.*, 2013).

Quando o ciclo operacional da entidade for superior ao período de um exercício social, a classificação de curto prazo e longo prazo precisa englobar a relevância da duração do ciclo operacional. Assim, as obrigações que vencerem a partir deste ciclo operacional, é recomendado à classificação no longo prazo (Morante, 2009). Referente às obrigações da apresentação de seus financiamentos, Marion (2003) afirma que as obrigações devem ser classificadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 (Redação dada pela Lei nº 11.941/2009) cita no seu artigo 180 que:

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

O CPC 26 (2011) adiciona a classificação de curto prazo quando se espera a realização ou tem-se a pretensão de venda ou consumo no decurso normal do ciclo operacional da entidade e quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do Balanço.

Silva (2007) constata que as obrigações devem ser classificadas nos grupos do circulante, desde que os prazos estabelecidos sejam cumpridos durante o curso do exercício subsequente à data do Balanço. Dessa maneira, os direitos e obrigações são classificados a longo prazo quando os prazos se situam após o exercício subsequente à data do Balanço. Por consequência, as contas do passivo podem ser colocadas em subgrupos de acordo com as necessidades da entidade dispostas em ordens crescentes dos prazos de exigibilidade. Esses subgrupos correspondem aos empréstimos, debêntures, tributos, entre outros.

Nota-se que o período usual de 12 meses é relativo ao exercício social para classificação entre curto e longo prazo, assim como a data do exercício social da entidade pode não ter relação com o ano civil. Todavia, a maioria das entidades tem encerrado o seu exercício em 31 de dezembro para se adaptar a legislação fiscal, visto a determinação da apuração dos impostos no fim do ano civil, mesmo se o exercício social dela for diferente (Martins *et al.*, 2013).

Em se tratando de como demonstrar os vencimentos dos empréstimos e financiamentos, a Lei nº 6.404/76 (Redação dada pela Lei nº 11.941/2009) cita no seu artigo 176 que as notas explicativas devem especificar a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo.

Para Ludícibus, Martins e Gelbcke (2009), as datas de vencimento às vezes são variadas, assim torna-se de grande utilidade a apresentação de um sumário com o valor atualizado, indicando o que será pago ano a ano coincidindo com a soma total dos empréstimos e financiamentos. Portanto, os autores propõem que os empréstimos e financiamentos sejam elaborados nas notas explicativas conforme Tabela 1.

**Tabela 1:** Distribuição dos empréstimos e financiamentos.

Ano	R\$ Mil
20X0	101.700
20X1	97.700
20X2	85.700
20X3	85.704
20X4	3.466
Total	374.270

Fonte: Ludícibus *et al.* (2009, p. 461).

As notas explicativas devem demonstrar às correções monetárias, as taxas de juros, as datas de vencimento e suas garantias, sendo usual a explicação apenas dos empréstimos e financiamentos presentes no não circulante. Porém, sua forma de apresentação pode variar, sendo comum relacionar as contas credor por credor, informando o financiador correspondente aos saldos (Martins *et al.*, 2009).

As operações de empréstimos e financiamentos são conectadas às necessidades de caixa da empresa para manutenção e expansão das suas atividades consolidadas no passivo circulante, parcela de curto prazo dos empréstimos e financiamentos, credores por financiamentos, custos a amortizar, encargos, juros, títulos a pagar e financiamentos bancários a curto prazo.

Já no passivo não circulante, essas operações são conectadas a empréstimos e financiamentos a longo prazo, credores por financiamentos, títulos a pagar e custos a amortizar. Concluindo, todos os empréstimos e financiamentos com um prazo superior a um ano, entre a assinatura do contrato e o pagamento, devem ser contabilizados como não circulante e, ainda, ser transferidos para o circulante quando o período a transcorrer até o seu vencimento passar a ser inferior a um ano. (Martins *et al.*, 2013).

Araújo, e Assaf Neto (2004) complementam que a classificação em não circulante dos contratos de empréstimos e financiamentos feitos em moeda estrangeira, necessitam de um cuidado maior, evidenciando a conversão à moeda nacional com a taxa atual do câmbio e seus juros contabilizados pelo regime de competência, independente da data do pagamento.

Por conseguinte, os empréstimos e financiamentos são classificados no curto prazo quando as respectivas contas tiverem vencimento durante o próximo exercício, isto é, até 12 meses da última publicação e, no longo prazo, quando estes vencerem após o término do exercício seguinte a partir de 12 meses, salvo na hipótese do ciclo operacional da empresa for superior a 12 meses. É oportuno destacar que em notas explicativas os prazos e as datas dos vencimentos de cada conta, credor por credor ou por vencimento dos determinados anos, necessitam ter divulgação clara e compreensível pelos usuários.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Neste tópico são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, iniciando-se pelas classificações da pesquisa. Posteriormente descrevem a amostra e a forma que ocorreu a coleta dos dados.

### **3.1 Classificação**

Esta pesquisa classifica-se, em relação a seus procedimentos, como descritiva e exploratória e, quanto a sua abordagem, em qualitativa. De acordo com Andrade (2004), na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”. Nesta pesquisa foram observadas as notas explicativas das empresas do ano de 2016.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva ocorre quando o pesquisador expõe e registra os dados e fatos observados sem intervenção, com o intuito de mostrar as suas características, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta. Justifica-se o seu uso pelo fato dos dados das empresas serem coletados nas notas explicativas das demonstrações intermediárias no site da B3 e analisados individualmente sem a intervenção e manipulação do pesquisador.

Para Gil (2008) as pesquisas exploratórias têm o objetivo de dar uma visão geral do fato pesquisado, envolvendo levantamento documental ou bibliográfico, a fim de esclarecer o problema e seus procedimentos. Com análise das notas explicativas é possível ter uma visão geral da forma de classificação feita pelas entidades, com o propósito de tornar mais compreensível o critério adotado na classificação das contas do passivo.

Quanto à abordagem é qualitativa, visto que se busca a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados com características básicas no processo da pesquisa. A coleta de dados é feita no ambiente natural, sendo a fonte direta e analisada indutivamente pelos pesquisadores. (Silva, & Menezes, 2005). A interpretação dos dados é realizada individualmente, buscando-se os critérios de classificação de cada demonstrativo, sem a utilização da estatística.

Em relação ao procedimento, esta pesquisa classifica-se como documental. Para Marconi e Lakatos (2010) esse tipo de pesquisa caracteriza-se na coleta de dados restrita a documentos, podendo ser escritos ou não. Para Sá-Silva, Almeida, & Guindani (2009) é um procedimento metodológico decisivo, quase sempre sendo à base do trabalho de investigação, apresentando-se como um método de escolha e verificação dos dados. Assim, analisando os dados do passado, é possível fazer inferências para o futuro, produzindo novos conhecimentos e novas formas de compreender.

Neste artigo são analisadas as notas explicativas dos demonstrativos intermediários no que se referem ao prazo dos passivos circulantes dos empréstimos e financiamentos, coletando as demonstrações das entidades do 1º, 2º e 3º trimestres de 2016.

### **3.2 Amostra e Coleta de Dados**

A população da presente pesquisa é composta por 131 empresas listadas no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. Conforme Procianoy e Verdi (2009), as empresas listadas no Novo Mercado conferem maior nível de liquidez se comparado às entidades tradicionais do mercado, tal como garantem aos seus investidores melhores práticas de governança corporativa. A população foi dividida por setores de atuação, conforme Tabela 2.



**Tabela 2:** População da pesquisa

Setor	Total de empresas por setor
Consumo não Cíclico	13
Consumo Cíclico	41
Tecnologia da Informação	4
Telecomunicações	1
Saúde	9
Utilidade Pública	9
Financeiro e Outros	19
Materiais Básicos	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7
Bens industriais	21
<b>Total da amostra</b>	<b>131</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Após a definição da população, é analisado nas notas explicativas dos demonstrativos intermediários do 1º, 2º e 3º trimestres de 2016 o critério utilizado pelas empresas listadas no segmento Novo Mercado em relação à classificação dos empréstimos e financiamentos, como passivo circulante ou não circulante.

Segundo a Lei nº 6.404/76, as obrigações da entidade, incluindo os financiamentos, são classificadas no passivo não circulante se houver vencimentos com prazo superior ao exercício seguinte, ou seja, 12 meses. Corroborando o CPC 21 (2011) expressa que nos demonstrativos intermediários devem-se aplicar as mesmas políticas contábeis das demonstrações anuais, ou seja, consoante aos princípios de reconhecimento dos ativos e passivos.

Em complemento, também é analisado se há transparência nas informações das notas explicativas referente aos empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, no tópico a respeito da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis, é fundamental mencionar o critério de classificação, seja em longo ou curto prazo.

Já com relação aos empréstimos e financiamentos, considerando o exposto na Lei das S.A, as notas explicativas devem especificar a taxa de juros, as datas de vencimentos e as garantias das obrigações em longo prazo. Ludícibus *et al.* (2009), alegam que é essencial demonstrar as correções monetárias, as taxas de juros, as datas de vencimento e suas garantias, relacionar as contas credor por credor e informar ao financiador os saldos correspondentes.

## 4 Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta seção são apresentadas as análises dos dados, iniciando-se com a descrição da amostra e, em sequência, abordando a análise dos critérios de classificação dos Empréstimos.

### 4.1 Amostra

A população da pesquisa de 131 empresas que estão listadas no Novo Mercado da B3 foi reduzida para 114 (87,02%) empresas. Entre as 17 (12,98%) empresas eliminadas, 2 (1,53%) delas, uma do setor de tecnologia da informação e a outra do financeiro, continha empréstimos e financiamentos apenas no circulante, visto que os seus empréstimos vencem até 12 meses da data do último balanço nas demonstrações intermediárias; 1 (0,76%) do setor de consumo cíclico, continha empréstimos apenas no circulante do demonstrativo do dia 31 de março e nos demais não tinha empréstimos; 14 (10,69%) empresas não possuíam

empréstimos em nenhuma das demonstrações intermediárias, sendo que destas, 7 (5,35%) são do setor de financiamento, 1 (0,76%) de materiais básicos, 4 (3,06%) de consumo cíclico, 1 (0,76%) de saúde e 1 (0,76%) de petróleo.

Das empresas eliminadas, analisando individualmente cada setor, o financeiro teve a maior porcentagem. De 19 empresas, 8 (42,10%) delas não foram incluídas na amostra, dado que 7 não possuíam empréstimos e financiamentos. Seguido da tecnologia de informação, de 4 empresas, 1 (25%) não foi incluída, materiais básicos e petróleo. Em seguida, gás e biocombustíveis com 1 (14,28%) de 7; consumo cíclico de 41 entidades, 5 (12,19%) e, em seguida, o setor de saúde com 11,11%.

## 4.2 Análise dos critérios de classificação dos Empréstimos

Neste tópico, foram analisadas as 114 empresas da amostra para verificar se nas notas explicativas, referentes aos empréstimos e financiamentos, estão sendo divulgados com clareza os critérios recomendados pelo CPC 21 para análise dos interesses dos usuários. Constatou-se que em apenas 41 (35,96%) entidades foi possível obter os dados sem o contato direto com a organização. A Tabela 3 evidencia as 41 corporações, conforme os setores.

**Tabela 3:** Empresas que explicam claramente nas Notas Explicativas.

Setor	Nº Total da amostra	Nº de empresas transparentes	%
Consumo não Cíclico	13	2	15,38%
Consumo Cíclico	36	13	36,11%
Tecnologia da Informação	3	0	0%
Telecomunicações	1	0	0%
Saúde	8	1	12,50%
Utilidade Pública	9	5	55,55%
Financeiro e Outros	11	7	63,63%
Materiais Básicos	6	3	50%
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	6	2	33,33%
Bens industriais	21	8	38,09%
Total	114	41	35,96%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Nas 41 empresas, os empréstimos e financiamentos estão demonstrados nas notas explicativas de acordo com a Lei nº 6.404/1976, a qual rege sobre a composição das obrigações da entidade, incluindo que os financiamentos devem ser alocados no passivo não circulante, caso possuam vencimento superior ao exercício seguinte. Nas notas explicativas, é indispensável à especificação das taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo. Ludícibus *et al.* (2009), complementam a utilidade de se apresentar o vencimento ano a ano da parcela do não circulante, no qual a soma dos anos deve coincidir com o total do não circulante, assim também podendo relacionar por credor.

É oportuno evidenciar que nas 41 empresas foi demonstrado nos tópicos da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis, o critério utilizado para a classificação do circulante e não circulante ou estava sendo destacado na parte referente aos empréstimos e financiamentos.

Nas 41 (35,96%) empresas que foi de fácil entendimento e clara divulgação, o setor que obteve melhor resultado foi o setor cíclico, assim as notas explicativas estavam divulgando nos tópicos da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis o critério utilizado para classificação como circulante e não circulante, e/ou estavam demonstrados na parte referente aos empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo classificado como não circulante em 30 de junho de 2016, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

**Tabela 4:** Exemplo de nota referente ao vencimento do não circulante durante os anos no demonstrativo de 30 de junho de 2016.

A partir de 1º de julho de 2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, nestas empresas não houve dificuldades em analisar esses tópicos, deixando claro que foram classificadas no circulante as parcelas vencíveis até 12 meses, conforme o exigido em lei, divulgando os vencimentos ano a ano e, o mais significativo, os resultados das somas e parcelas estavam de acordo com o total da parcela do circulante e não circulante.

Tais achados corroboram ao estudo de Nascimento *et al.* (2011). Os autores analisaram se as empresas de capital aberto estão apresentando as notas explicativas dos demonstrativos intermediários de maneira concisas e atualizadas, considerando 19 empresas de capital aberto listada nas melhores empresas da Exame. Dentre os resultados, verificou-se que apenas 14% seguem o IAS34 e apresentaram suas notas explicativas em conformidade, deixando claro que as empresas não estão sendo transparentes na divulgação das informações.

Em contrapartida, Joshi, e Bremser (2003) realizaram um estudo entrevistando os elaboradores dos demonstrativos intermediários para determinar a extensão da adoção da IAS 34 por empresas em Bahrein na Ásia. Verificou-se que 90% indicaram um alto grau de conformidade com a IAS 34. A maioria dos entrevistados considerou que os relatórios intermediários são altamente relevantes para a sua empresa e 44% acreditavam que os relatórios intermediários podem afetar os preços das ações.

Já Marinho, Reina e Reina (2016), buscaram verificar nas empresas do Novo Mercado como elas divulgam suas informações referente ao CPC 46, que diz sobre a mensuração a valor justo e verificou que das 133 empresas apenas 56% divulgam adequadamente, conforme exigido no CPC. Assim como a atual pesquisa, elas não evidenciam as informações necessárias, sendo pouco claras e objetivas, mesmo com a obrigatoriedade.

Considerando as empresas por setor, há o predomínio do setor financeiro com 11 empresas, sendo que 7 (63,63%) estavam de claro entendimento, seguido do setor de utilidade pública com 5 (55,55%) do total do setor e o último, em destaque, foi o setor de materiais básicos com 3 (50%).

Das 114 empresas analisadas, 73 (64,03%) não estavam claramente demonstradas em notas explicativas, resultando em dificuldades na constatação dos critérios de classificação nas contas dos empréstimos e financiamentos, conforme Tabela 5.

**Tabela 5:** Empresas que não evidenciam claramente os empréstimos e financiamentos.

Setor	Nº Total da amostra	Nº total de empresas não transparentes	Porcentagem em relação a amostra
Consumo não Cíclico	13	11	84,61%
Consumo Cíclico	36	23	63,89%
Tecnologia da Informação	3	3	100%
Telecomunicações	1	1	100%
Saúde	8	7	87,50%
Utilidade Pública	9	4	44,45%

Setor	Nº Total da amostra	Nº total de empresas não transparentes	Porcentagem em relação a amostra
Financeiro e Outros	11	4	36,37%
Materiais Básicos	6	3	50,00%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6	4	66,67%
Bens industriais	21	13	61,90%
Total	114	73	64,03%

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total das empresas que não divulgam as informações corretas e claras aos usuários, dividiu-se em 3 grupos com a finalidade de explorar melhor suas características. O primeiro é das empresas que no tópico da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis, não mencionaram o critério utilizado para classificar as contas no circulante e não circulante ou não tinham notas a respeito. Na parte referente aos empréstimos e financiamentos, colocaram o vencimento do total do circulante e não circulante por ano, a partir de 2017, não revelando a data específica que começa o não circulante. Nesse grupo contém 46 (40,35%) empresas.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em não circulante estão demonstrados conforme exemplo na Tabela 6.

**Tabela 6:** Empréstimos e financiamentos do passivo não circulante por prazo de vencimento.

Ano	R\$ Mil
2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

No entanto, conforme a Tabela 6, não há informação referente ao mês ou a data do ano de 2017 que se inicia o não circulante, não informando o prazo utilizado para classificar o circulante e não circulante.

O segundo grupo, também no tópico da apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis, não mencionou o critério utilizado para classificar as contas e, na parte referente aos empréstimos e financiamentos, coloca o total do circulante e não circulante, os de vencimento, incluindo o ano de 2016 sem divulgar a data específica correspondente ao curto e longo prazo. Apenas foi informado o vencimento de cada conta. Este grupo é composto por 24 (21,05%) entidades e os empréstimos e financiamentos, são demonstrados apenas por ano conforme Tabela 7.

**Tabela 7:** O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos.

Ano	R\$ Mil
2016	8.300
2017	22.600
2018	51.989
2019	53.590
2020	54.610
2021	50.020

Fonte: Dados da pesquisa.

O terceiro grupo é composto por 3 (2,08%) empresas que há empréstimos e financiamentos em seu Balanço, porém nas notas explicativas não contém nenhuma informação sobre eles.

No entanto, observa-se que a maior parte da amostra, 64,03% não estava divulgando suas notas explicativas com a descrição necessária exigidas pelo CPC 21 e Lei das sociedades por ações, pois algumas delas divulgavam as informações mantendo o padrão dos textos e tabelas, conforme a publicação anual, atualizando apenas os números. Assim a data de vencimento dos empréstimos e financiamentos fica desatualizada, impossibilitando o pesquisador de ver o prazo que resta para quitação e o quanto é exigido no curto prazo.

A análise sobre a aderência do CPC 21 nas notas explicativas ficou restrita apenas aos empréstimos e financiamentos, assim a conclusão estabelecida é sobre esse tópico da elaboração, logo o resultado não se aplica aos outros tópicos.

## 5 Considerações finais

Neste trabalho analisou-se uma amostra de 114 empresas listadas no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3. O intuito foi verificar, de acordo com as normas contábeis aceitas no Brasil após a convergência com o IRFS, se nas notas explicativas das demonstrações intermediárias do ano de 2016, o prazo utilizado para a classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante é evidenciado. Bem como propôs verificar se estão divulgando de acordo com a Lei das sociedades por ações nº 6.404/76, em conformidade com as IFRS e CPC, com transparência no tocante a metodologia adotada na elaboração das notas explicativas.

A pesquisa respondeu seu objetivo verificando se há transparência nas informações referentes aos prazos de classificação dos empréstimos e financiamentos em circulante e não circulante e o critério utilizado na classificação dos empréstimos e financiamentos, como curto e longo prazo pelas entidades. Constatou-se que, das 114 empresas pesquisadas, 41 (35,96%) delas estão divulgados conforme as normas, sendo então, o prazo utilizado para classificação de até 12 meses de vencimento no circulante, após isso, no não circulante.

No entanto, as empresas demonstraram em suas notas explicativas essas informações de modo transparente, sem necessidade de contato com a entidade ou de uma análise mais profundo das informações. Desse total, se destaca o setor financeiro com 63,63% das empresas; em segundo lugar, o setor de utilidade pública com 55,55% e, em terceiro, os de materiais básicos com 50%.

Das 114 entidades analisadas, 73 (64,03%) não estavam demonstradas com transparência, havendo dificuldades em verificar os critérios de classificação na conta dos empréstimos e financiamentos. Esse resultado corrobora com a pesquisa de Nascimento *et al.* (2011), já que, das 19 empresas analisadas, apenas 3, ou seja, 14% seguem o IAS 34 e apresentam as notas em conformidade. Tais achados revelam que as companhias brasileiras precisam ser claras ao divulgarem os demonstrativos e as notas explicativas, pois elas têm a capacidade de impactar a geração de lucros, como averiguado no estudo de Joshi, e Bremser (2003), sendo que 44% dos empresários pesquisados tiveram a percepção que os relatórios intermediários podem afetar o preço das ações.

Uma demonstração tempestiva e confiável aumenta a possibilidade do entendimento dos usuários, assim como, provoca um retorno mais volátil à entidade. Possibilita também um melhor resultado e comprova a importância de se reportar as demonstrações contábeis conforme as normas e, de forma clara, para o entendimento dos usuários. Logo, espera-se que o trabalho colabore com o debate sobre a apresentação fidedigna, característica qualitativa das informações e apresentação da convergência com o IRFS sobre o prazo dos empréstimos no circulante e não circulante dos demonstrativos intermediários das empresas, igualmente, buscando contribuir com o meio acadêmico e o mercado contábil.

Esta pesquisa teve a limitação de não achar nas notas explicativas de empréstimos e financiamentos, o prazo utilizado e seu detalhamento pela falta de transparência. Ademais, sugere-se para futuras pesquisas, o contato com as entidades para sanar as dúvidas ao entendimento das notas explicativas e a adoção de

questionários para serem enviados diretamente às empresas, para confrontar as informações nos sites com a prática utilizada. E também relacionar com a perspectiva acadêmica, associando se os professores estão ensinando de forma semelhante ao que tem sido feito na prática contábil.

## Referências

- Andrade, M. M. (2004). *Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação* (6 ed.). São Paulo: Atlas.
- Angelo, D. I. (2005). A importância das informações contábeis no processo decisório das empresas. *Sapientina*, 4.
- Antunes, G. A., Mendonça, M. M., Azevedo, F. B., & Alencar, R. C. (2008, julho). Empresas estatais federais e empresas do novo mercado da Bovespa: Um estudo comparativo acerca da qualidade da informação contábil utilizando dados em painel. *Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP*. São Paulo, SP, Brasil, 8.
- Antunes, J., Antunes, G. M. B., Penteado, I. M. (2007, agosto). A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS-1. *SemeAD*. São Paulo, SP, Brasil, 10.
- Araújo, A. M., & Assaf, A. (2004). *Introdução à contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- BM&FBOVESPA. *Segmentos de listagem: Novo mercado*. 2016. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/?tabIndex=0](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/?tabIndex=0)>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- Borinelli, M. L., & Pimentel, R. C. (2010). *Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e outros Profissionais*. São Paulo: Atlas.
- Brito, S. S., & Ambrozini, M. A. (2013). Impactos da implementação das normas Internacionais de contabilidade sobre indicadores financeiros: Um estudo das empresas Brasileiras com ativos biológicos. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(3), 78-102.
- Bueno, E. A., Macedo, F. S., & Oliveira, E. V. (2014). Relatórios financeiros intermediários conforme as normas do IASB. *Revista Interatividade*, 2(1).
- CPC 21. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Demonstração Intermediária (R1)*. 2011. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf) Acesso em 18 jul. 2016.
- CPC 26. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1)*. 2011. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf) Acesso em 18 jul. 2016.
- CPC 46. Comitê de pronunciamentos contábeis. *Mensuração do Valor Justo (R1)*. 2012. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395\\_CPC\\_46\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2012.pdf) Acesso em 18 jul. 2016.
- Dantas, J. A., Chaves, S. d., Silva, M. R., & Carvalho, R. P. (2011). Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. *Revista Universo Contábil*, 7(2), 45-64.
- DeFond, M., DeFond, M., Hung, M., & Li, S. (2011). The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of Accounting and Economics*, 51(3), 240-258.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6 ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, J. C., Batista, B. L., Macedo, M. A., & Marques, J. A. (2014). Análise do impacto do processo de convergência às Normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 25-43.
- IAS 34. International Accounting Standards. *Interim Financial Reporting*. 2009. Disponível em: <https://www.iasplus.com/en/binary/dttpubs/0903ias34guide.pdf> Acesso em 18 jul. 2016.
- Iudicibus, S. d., Martins, E., Gelbcke, E. R. (2009). *Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades* (7 ed.). São Paulo: Atlas.
- Joshi, P. L., & Bremser, W. (2003). Interim reporting practices by companies in Bahrain: Preparation of interim accounts and early adoption of IAS 34. *Advances in International Accounting*, 6, 105-122.
- Kajüter, P., Klassmann, F., & Nienhaus, M. (2016). Do reviews by external auditors improve the information content of interim financial statements. *The International Journal of Accounting*, 51(1), 23-50.
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Lex: coletânea de legislação: edição federal*, São Paulo, 7.

- Marconi, M. d., & Lakato, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica* (7 ed.). São Paulo: Atlas.
- Marinho, S. L., Reina, D. R., & Reina, D. (2016). Análise da evidenciação realizada por empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao Novo Mercado. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 8(1), 63-76.
- Marion, J. C. (2003). *Contabilidade Empresarial* (10 ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A. d., & Iudicibus, S. d. (2013). *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas Internacionais e do CPC* (2 ed.). São Paulo: Atlas.
- Morante, A. S. (2009). *Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis das Demonstrações de Resultado e do Balanço Patrimonial*. (2 ed.). São Paulo: Atlas.
- Nascimento, C. T., Marquez, E. M., Borges, F. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2011). IAS 34: a atualização das informações divulgadas por empresas de capital aberto no Brasil. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 11(1), 111-127.
- Procianoy, J. L., & Verdi, R. S. (2009). Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo mercado, Nível 1 e Nível 2- Determinantes e consequências. *Revista Brasileira de Finanças*, 7(1), 108-136.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2 ed.). Rio Grande do Sul: FEEVALE.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1).
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação* (4 ed.). Florianópolis: UFSC.
- Silva, M. P., Couto, C. H., & Cardoso, A. A. (2016). Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de suporte à gestão financeira. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, 13, 23-45.
- Silva, M. W. (2007). *Análise de demonstrativos financeiros*. Curitiba: IESDE Brasil S.A.
- Takamatsu, R. T., Machado, E. A., & Lima, G. A. (2015). Convergência aos padrões contábeis internacionais: Evidências empíricas observadas no mercado de capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 7(3), 69-84.

## **DADOS DOS AUTORES**

### **Guilherme Simões Belote**

Graduando em Ciências Contábeis pela UFU.  
Endereço: Av. João Naves de Ávila, n. 2121, Bairro Santa Mônica  
CEP- 38.400-902, Uberlândia – MG - Brasil.  
E-mail: gbelote@hotmail.com  
Telefone: (34) 3239-4411

### **Geovane Camilo Santos**

Mestre em Ciências Contábeis pela UFU  
Professor Auxiliar do Curso de Ciências Contábeis da UFG  
Endereço: R. 235, 722 - Setor Leste Universitário  
CEP- 74.605-050, Goiânia - GO - Brasil.  
E-mail: geovane\_camilo@yahoo.com.br  
Telefone: (62) 3946-1141

### **Lísia de Melo Queiroz**

Doutora em Administração pela FEA/USP  
Professor da Universidade Federal de Uberlândia  
Endereço: Av. João Naves de Ávila, n. 2121, Bairro Santa Mônica  
CEP- 38.400-902, Uberlândia – MG - Brasil.  
E-mail: lisia@ufu.br  
Telefone: (34) 3239-4411

**Contribuição dos Autores:**

<b>Contribuição</b>	<b>Guilherme Belote</b>	<b>Geovane Santos</b>	<b>Lísia Queiroz</b>
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	√	√	√
2. Definição do problema de pesquisa	√	√	√
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)			
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)			
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	√	√	√
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	√	√	√
7. Processo de coleta de dados		√	√
8. Análises estatísticas	√	√	√
9. Análises e interpretações dos dados coletados	√	√	√
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	√	√	√
11. Revisão crítica do manuscrito		√	√
12. Redação do manuscrito	√	√	√